

USP ZONA LESTE, ENFIM A EXPANSÃO?

Antonio Biondi
Jornalista

Fotos: Daniel Garcia



A luta por uma universidade pública na Zona Leste da capital paulista remonta ao início dos anos 80. Agora, o direito da região à educação superior pública deve ser atendido, com a instalação de um novo campus da USP no Parque Ecológico do Tietê (foto), embora a iniciativa governamental seja tímida face à demanda, e seu financiamento, incerto

Uma região com mais de 4 milhões de habitantes que conta com uma única escola pública de nível superior. Artigos da Constituição de São Paulo que expressam enfaticamente a educação superior como um direito e sua expansão como prerrogativa. Um movimento de quase 20 anos de luta por uma universidade pública. Nesse contexto, e mediante uma crescente pressão da sociedade por mais vagas nas universidades públicas paulistas é que a Zona Leste, finalmente, vê uma possibilidade concreta de ver sua reivindicação atendida — ou melhor, seu direito assegurado.

“A luta pela universidade pública vem desde o início da década de 80. Estamos vivendo uma primavera na Zona Leste”, comemora Antonio Marchioni, o Padre Ticão, uma das principais lideranças comunitárias. Os sinais dessa metafórica primavera são os anúncios, quase simultâneos, da implementação de um campus da USP na região e de um Instituto Superior Universitário da Prefeitura da capital, este em parceria com o Ministério da Educação.

O projeto da USP está sob os cuidados de uma comissão formada pelos professores Myriam Krasilchik, Gilberto Martins, Sylvio Sawaya, Renato Queiroz e Wanderley Messias da Costa. Entre as delicadas questões e interessantes desafios que ora se apresentam a este seletivo grupo nomeado pela Reitoria, estão o desenho arquitetônico e conceitual do novo campus, a definição

dos cursos a serem oferecidos, os critérios de seleção a serem aplicados no vestibular e o número de docentes contratados. A professora Krasilchik, a quem cabe coordenar a comissão, esclarece logo que o papel da comissão é fazer sugestões ao Reitor, “cabe a ele aceitar ou não”.

Quanto ao financiamento da USP Zona Leste, assunto que permanece nebuloso, será resolvido no âmbito da Reitoria, do governo estadual e da Assembléia Legislativa. A despeito da apressada discussão das questões acadêmicas, o novo campus só possui verbas (suplementares) garantidas

Na Zona Leste e municípios próximos as escolas superiores privadas são 10, mas só há uma pública: o Centro Tecnológico da Fatec, substituto de um “cadeião”

para a construção e instalação, em 2003 e 2004.

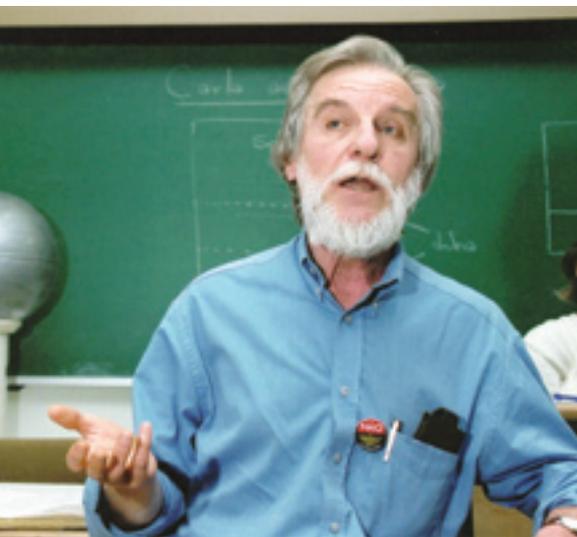
As verbas para pessoal e outros custeios do novo campus, cujas turmas de graduação têm seu início previsto para 2005 (espera-se que sejam oferecidas mil vagas no primeiro vestibular, e igual número nos três anos seguintes), ainda não possuem origem definida, podendo vir de novas dotações suplementares, de uma nova rubrica do Orçamento do Estado, ou até mesmo dos 5,0295% aos quais hoje a USP tem direito na parcela de



Professora Krasilchik

9,57% do ICMS compartilhada pelas três universidades paulistas (ler **Pedra no caminho**).

João Zanetic, professor do Instituto de Física e membro do Grupo de Trabalho de Educação da Adusp, lembra que em 2001 o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) propôs uma duvidosa política de expansão, que previa 100 mil novas vagas, a maior parte delas em cursos sequenciais (de curta duração), o que acarretaria uma mudança radical no conceito de qualidade e modelos de curso na graduação de USP, Unicamp e Unesp. “Fomos completamente contrários”, afirma. Ele acredita que o projeto da USP Zona Leste “tem vários méritos, comparada à antiga proposta do Cruesp, mas ainda é muito tímido face à demanda”. Opinião semelhante sustenta a professora Krasilchik: “Estamos convictos de que é preciso ter um aumento de vagas”, diz ela.



Professor Zanetic

Sonegada por décadas, a expansão das universidades estaduais paulistas parece haver recebido novo impulso em 2001, quando o governador instou os reitores a apresentarem projetos com essa finalidade. A Unesp, que já possuía uma proposta, além de forte apoio político na Assembleia Legislativa, foi a primeira contemplada. O processo, regido pelo calendário eleitoral de 2002, caracterizou-se pela precarização das condições de ensino, tendo por emblema as nada elogiáveis “unidades diferenciadas”. No caso da USP Zona Leste, não se deve esquecer a influência das eleições de 2004, assim como o aniversário dos 70 anos da universidade no próximo ano, que fizeram com que o projeto viesse “a toque de caixa”, conforme impressão do professor Zanetic.

No plano local, a comunidade pressiona para que a iniciativa se efetive. Um dos principais atores políticos nesse processo é o Fórum de Educação da Zona Leste, criado em 1991, e assessorado pela ONG Ação Educativa. Milton Alves dos

PEDRA NO CAMINHO

Atualmente, ainda não há consenso a respeito da origem das verbas para a USP Zona Leste. A comissão incumbida do projeto recomenda que a unidade tenha dotação orçamentária própria, portanto, desvinculada dos 5,0295% do ICMS destinados ordinariamente à USP — que representam a fatia que lhe corresponde, dos 9,57% do ICMS reservados, no Orçamento do Estado, para as três universidades estaduais. Na opinião da professora Krasilchik, sem orçamento próprio, não se viabiliza o projeto: “Não quero nem pensar na possibilidade de não haver recursos”.

Mas há deputados estaduais, como João Caraméz (PSDB), que entendem que o financiamento do novo campus deva ser vinculado também à dotação atual. Ele integra uma comissão formada na Assembleia Legislativa para acompanhar as obras da USP Zona Leste, da qual também fazem parte os deputados Simão Pedro (PT), Zico Prado (PT), Vinícius Camarinha (PSB), Ana Martins (PCdoB) e Ricardo Trípoli (PSDB).

As obras consumirão, em 2003, R\$ 12 milhões, segundo o professor Celso de Barros, chefe de gabinete da Reitoria. Ele esclarece que, em 2004, serão necessários R\$ 48,4 milhões: R\$ 33 milhões para as obras, R\$ 5,9 milhões para instalações e operação e R\$ 9,5 milhões para pessoal (dos quais R\$ 6,7 milhões relativos à contratação de 100 docentes em RDIDP) e outros custeios. Já em 2005, os custos totais ficariam em R\$ 39,1 milhões (ver tabela **Os custos da USP Zona Leste**).

De acordo com o chefe de gabinete, “todos os recursos discriminados acima deverão ser concedidos na forma de dotações suplementares”, não comprometendo, portanto, o orçamento da USP. O professor Messias da Costa assegura que, na negociação com o Cruesp, o governo estadual assumiu o compromisso de transformar as propostas de expansão em programas, inclusos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O professor Zanetic faz questão de assinalar o que pode significar a incerteza de financiamento. “Não queremos que ocorra na Zona Leste o mesmo que ocorreu na Baixada Santista”, exemplifica, referindo-se à “Poli Cubatão”, unidade da USP que funcionou, precariamente, em uma escola municipal daquela cidade, entre 1989 e 1995, ano em que suspendeu as atividades. Em 1998, na primeira gestão de Mário Covas, o governo estadual e a Prefeitura de Cubatão comprometeram-se a ressuscitar a Politécnica, mas a promessa não passou da pedra fundamental.



Santana e Alves dos Santos, no terreno onde será erguido o novo campus

Santos, da executiva do Fórum e estudante de Pedagogia da USP, observa que na região e em cidades próximas, como Guarulhos e Mogi das Cruzes, existem sete universidades privadas. “Não é possível que numa região de população tão densa não haja uma política pública para se atender essa enorme demanda por educação superior”.

A única unidade pública de ensino superior na Zona Leste, o Centro Tecnológico da Fatec, foi conquistada em 2000, graças à resistência da população local à decisão do governo estadual de instalar um “cadeião” na Avenida Águia de Haia. Organizada, a população conseguiu impedir a chegada do “cadeião”, e no local foi instalada a Fatec.

Já o processo de escolha do novo campus da USP foi menos traumático, embora não isento de complicações. Inicialmente, a comissão da

USP pensou em instalá-lo em parte do Parque do Carmo, que pertence ao município. O conselho gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) que envolve o Parque aprovou a iniciativa, determinando, porém,

A escolha dos cursos a serem oferecidos gera forte polêmica. Questiona-se o viés de certas opções e o veto estatutário à duplicação de cursos já existentes na capital

uma localização que não era aquela pretendida pela USP. A comissão terminou por desistir da idéia, e a área foi escolhida em seguida pela Prefeitura para sediar o projeto do Instituto Superior Universitário.

Expansão esquecida

“O poder público estadual implantará ensino superior público e gratuito nas regiões de maior densidade populacional, no prazo de até três anos, estendendo as unidades das universidades públicas estaduais e diversificando os cursos de acordo com as necessidades socio-econômicas da região.”
(Artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo de 1989)

Finalmente, após estudar outras possibilidades, a comissão fixou-se num terreno pertencente ao Parque Ecológico do Tietê como o melhor lugar disponível para o novo campus, em função de sua acessibilidade, condições de transporte e de saneamento ambiental, assim como perspectivas de expansão futura.

O Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) cedeu o terreno, cujo entorno possui elementos marcantes: além do rio Tietê, a Estação Ferroviária de Ermelino Matarazzo, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos; a rodovia Ayrton Senna; e uma grande indústria metalúrgica, a Belgo-Mineira. Outro dos vizinhos, o Jardim Queralux, é uma ocupação recente, com quase 30 mil famílias.

Uma das polêmicas abertas pela criação do novo campus diz respeito



Professor Messias

to aos cursos de graduação que serão oferecidos ali, a partir de 2005. Atualmente, estão em discussão dez possibilidades (das quais duas deverão ser descartadas), a saber: Informática, Artes, Ciências Básicas, Gestão Ambiental, Políticas Públicas, Lazer e Turismo, Enfermagem Geriátrica, Esporte e Saúde, Formação de Professores, e Marketing e Pesquisa de Mercado e Opinião. Essa relação de cursos foi sugerida pela comissão responsável pelo projeto, com base no trabalho desenvolvido por quatro subcomissões designadas com esse fim.

O debate a respeito dos cursos foi pautado no Conselho de Graduação (CoG) e no Conselho Universitário, mas alguns questionamentos precisam ser respondidos desde já. Por exemplo, o Estatuto da USP proíbe que sejam oferecidos na Zona Leste cursos já existentes em outras unida-

As mudanças na grade de cursos

Cursos inicialmente propostos	Cursos atuais*
Arquitetura Paisagística	
Arquitetura de Interiores	
Arqueologia	
Ciências Ambientais	
Turismo	Artes
Marketing e Pesquisa de Mercado e Pesquisa de Opinião	Ciências Básicas
Promotor Cultural	Enfermagem Geriátrica
Serviço Social	Esporte e Saúde
Psicologia (concentração em Recursos Humanos)	Formação de Professores
Políticas Públicas	Gestão Ambiental
Cooperativismo (co-gestão)	Informática
Ciências Atuariais	Lazer e Turismo
Formação de Professores	Marketing e Pesquisa de Mercado e Opinião
Música (concentração em música popular)	Políticas Públicas
Esporte	
Moda	

Fonte: www.usp.br. *Oito deles seriam escolhidos e encaminhados à análise do CoG e CO

O movimento

popular da região quer debater

a qualidade do ensino, mas o poder

público vem fugindo do diálogo e não

mostrou interesse em participar do

Conselho USP Zona Leste

des da USP na cidade de São Paulo. Ao que parece, a Reitoria não pretende alterar a norma atual: “Não se cogita duplicação de qualquer curso presentemente oferecido no campus do Butantã, bem como da modificação do atual Estatuto, de forma a permitir essa possibilidade”, foi a resposta que o professor Celso de

Barros, chefe de gabinete, enviou por e-mail à **Revista Adusp**.

Marconi Cavalcante Benck, representante discente no CoG, defende o oposto: “Não faz sentido, numa cidade como São Paulo, ser proibido que haja cursos repetidos”. João Kléber Santana, do Fórum de Educação da Zona Leste e professor em uma escola municipal, reforça: “Se

houver um curso repetido aqui que vai ser importante, então que exista sim”. (Marconi também considera fundamental que a nova unidade possua pesquisa e cursos de pós-graduação — o que está previsto nos documentos até agora elaborados pela comissão encarregada do novo campus, embora de

EXPANSÃO LENTA, PONTUAL E TÍMIDA

Tanto quanto a questão da qualidade, o novo campus da USP põe em evidência a necessidade urgente de expansão do ensino público superior em São Paulo e no Brasil. Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* (8/9/2003), “Particular concentra os mais ricos”, revela que, em 2001, segundo dados do IBGE, dos 3.728.035 estudantes matriculados nas instituições de ensino superior no país, 2.604.917 (69,9%) estavam em instituições particulares, e somente 1.123.118 (30,1%) nas instituições públicas.

Números que resultam de décadas de desfinanciamento da educação superior pública e do concomitante estímulo à expansão do ensino privado. O GT de Educação da Adusp estima que, em São Paulo, o contingente matriculado nas instituições públicas é ainda menor: cerca de 15%. A força das particulares no Estado terminou por alçar Cláudio Lembo (PFL), reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ao cargo de vice-governador. Não será mera coincidência o fato de o governo Geraldo Alckmin criar um projeto de “bolsas-universidade”

para custear até 50% do valor das mensalidades de estudantes das universidades privadas, vindos de ensino médio público estadual.

O programa irá contar, nos quatro meses finais de 2003, com R\$ 59,8 milhões. A maior parte dessa cifra deverá ser destinada a 25 mil bolsistas. Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria do Estado da Educação, em 2004 e 2005 as verbas e o número de alunos beneficiados podem aumentar. As instituições particulares devem fornecer bolsas aos alunos, de modo a propiciar 100% de gratuidade — o Estado garantirá até R\$ 267,00 por aluno, por mês. Os universitários, em contrapartida, realizam trabalhos nas escolas estaduais, colaborando com o programa “Escola da Família”, que abre as escolas estaduais à comunidade nos fins de semana.

O subsídio indireto às instituições privadas de ensino superior, por meio das 25 mil bolsas concedidas, impressiona quando colocado frente ao fato de que o campus da USP na Zona Leste irá oferecer um

total de somente quatro mil vagas nos primeiros quatro anos, requerendo pelo menos oito anos, mas talvez 16, para alcançar 20 mil alunos, nos cálculos da comissão encarregada do projeto.

A ausência da universidade pública evidentemente não se limita à Zona Leste ou à capital. Regiões como a Baixada Santista e o ABC possuem um histórico de anos de reivindicação. Mais recentemente, o Vale do Ribeira e o Sudoeste do Estado entraram na luta por uma universidade pública. O professor Zanetic recorda que, na Constituição Estadual de 1989, fixou-se “um prazo de três anos para que o governo ampliasse a oferta de vagas e criasse novos campi, e as universidades não foram atrás disso”.

Tais questões certamente poderão ecoar no Plano Estadual de Educação, atualmente em discussão. Para o professor, é necessário construir um Plano que aponte “para um incremento sistemático das verbas para educação, e que permita o surgimento de várias ‘USP Zona Leste’ nos próximos dez anos”.

forma ainda pouco desenvolvida.)

A proposta do grupo coordenado pela professora Krasilchik prevê que todos os cursos componham uma mesma unidade, que se chamaria Escola de Artes, Ciências e Humanidades. A idéia é que os conhecimentos dialoguem permanentemente, com a interdisciplina-

ridade contrapondo-se à dispersão e à separação por departamentos quase feudal, presente no campus do Butantã. O projeto arquitetônico, de autoria do professor Sawaya, incorpora ainda outras propostas, como a existência de espaços favoráveis a debates, encontros e à presença da comunidade externa ao campus.

O professor Messias da Costa explica que, para se definir os cursos que viriam a compor a graduação da nova unidade, preparou-se uma lista inicial que indicava carências da USP e da sociedade. Ele explica que houve um longo processo de sugestões e debates a partir dessa lista, além de uma pesquisa realizada com cerca de 5.600

Mais vagas

“A organização do sistema de ensino superior do Estado de São Paulo será orientada pela ampliação do número de vagas oferecidas no ensino público diurno e noturno, respeitadas as condições para manutenção da qualidade do ensino e desenvolvimento da pesquisa.”

(Artigo 253 da Constituição do Estado de São Paulo de 1989)



Professor Ghanem

alunos do ensino médio. “Filtrando tudo isso, chegou-se aos dez cursos propostos”. No processo, foram descartados cursos que poderiam ser muito interessantes para a região, como o cooperativismo (ver quadro **As mudanças na grade de cursos p. 22**).

No primeiro ano, de acordo com a explicação da professora Krasilchik, “todos os cursos terão um ciclo básico, com o espírito de integrar”. O ciclo básico contaria com três matérias gerais e três específicas da respectiva área. No segundo ano e no terceiro ano, os alunos teriam algo mais genérico do curso. “E, no quarto, os alunos escolheriam trilhas, contando com a orientação de um tutor, que os levaria a áreas mais específicas”. À crítica generalizada de que os cursos propostos são voltados ao mercado, o professor Messias da Costa responde afirmando que a nova USP não se subordina ao mercado, mas também não o ignora.

A proposta da comissão traz “cursos novos que estão atendendo

necessidades da sociedade, mas também demonstram uma USP premida pela concorrência das universidades particulares”, critica o professor Franklin Leopoldo e Silva, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). “A universidade pública tem um papel que não é o de competir no mercado. Não estou dizendo que foi isso que ocorreu, mas a coincidência entre os novos cursos e o que é oferecido nas particulares nos leva a suspeitar que esse também foi um fator considerado”.

Assim, o debate em torno da qualidade do ensino no novo campus está posto. A professora Krasilchik assegura que todos os cursos propostos “serão cursos de

graduação, com todas as qualidades do nosso nível”. Mas, para Alves dos Santos, do Fórum de Educação, é fundamental “organizar-se um fórum público em relação ao que seria qualidade na USP Zona Leste”.

A decisão de tornar públicos no sítio da USP na Internet os do-

Qual será a relação entre a USP e as comunidades do entorno? Como os saberes gerados no novo campus serão usados? Haverá extensão?

documentos produzidos pela comissão e subcomissões é um dos pontos positivos nos espaços de debate criados em torno do projeto. Por

outro lado, faltam maiores informações sobre os textos disponíveis na rede. Um deles propõe a criação de 2 mil vagas para cursos seqüenciais na nova unidade. A professora Krasilchik negou veementemente tal possibilidade, solicitando que



População lota salão da igreja no debate sobre a USP

se deixe claro que a proposta partiu de uma subcomissão, e não fora acatada pela comissão.

O professor Elie Ghanem, da Faculdade de Educação, integrante de uma das subcomissões que colabora

na elaboração do projeto da Zona Leste, considera que dentro da USP “o diálogo é completamente insatisfatório”. O professor Zanetic, do GT de Educação da Adusp, levanta uma incoerência no processo organizado pela Reitoria: “Não fomos chamados a debater essa questão, embora tenhamos sido convidados para discutir a questão das

Custos do novo campus (em milhares de R\$)

Item/Ano	2003	2004	2005
Obras	12.000	33.000	22.000
Instalações e Operação	—	5.900	4.800
Pessoal e outros custeios	—	9.500	12.300
Total Geral	12.000*	48.400	39.100

* 7.000 a serem repassados até novembro de 2003.

Fonte: Gabinete do Reitor

fundações e outras questões mais estruturais da universidade.” Mas a coordenadora da comissão encarregada procura transmitir uma visão otimista: “Os grupos estão crescendo constantemente, nas unidades estão discutindo também, congregações têm convidado integrantes da comissão, foi apresentado, embora não discutido, no CO.”

Dentre as pessoas da Zona Leste ouvidas pela **Revista Adusp**, há também uma insatisfação generalizada em relação ao alcance dos debates por ora verificado. Para alterar a situação, há desde uma proposta de jornal sobre os projetos universitários para a região até a institucionalização de um conselho com representantes dos vários setores envolvidos no projeto do novo campus da USP. “A universidade tem que estar disposta a dialogar em pé de igualdade, com agenda, material, disponibilizando professores”, defende Alves dos Santos. E, preparem-se os doutores,

“desmitificar que só mestre e doutor pode discutir essas coisas”.

O fórum proposto, denominado Conselho USP Zona Leste, já realizou até reuniões com temas prioritários, como ingresso na universidade, cursos e linha de pesquisa. Entretanto, a “intenção principal do Conselho não vem se realizando, uma vez que a própria USP, as autoridades públicas municipais e o governo estadual não têm participado”, lamenta o professor Ghanem, que também atua no Fórum de Educação e colabora com a Ação Educativa. Por outro lado, a professora Krasilchik admite a frustração de maiores expectativas, mas rebate: “não concordo que não tenha havido o debate”.

A relação da nova USP com a comunidade do entorno, e a determinação ou finalidade social dos saberes que vierem a surgir no novo campus, é outro tema destacado por quase todos os envolvidos no projeto. Segundo o professor Ghanem, a proposta para o novo campus busca “uma prática universitária que deliberadamente combine o tratamento de temas globais com suas manifestações locais”.

Embora entenda esse ponto como central, Ghanem admite que se corre o risco de que ele não vingue. Alves dos Santos, por sua vez, defende que a universidade tenha “um compromisso com as camadas mais pobres, e com a sociedade brasileira no geral”. Ele lembra que nem sempre a definição dos cursos é o mais importante: “Formar um médico aqui não significa que vá ter médico no hospital daqui.”

Foi o que disse, com outras palavras e sob muitos aplausos, em de-



Padre Ticão fala no debate sobre a USP Zona Leste

bate realizado no dia 30 de agosto na Igreja de São Francisco, em Ermelino Matarazzo, a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), ao apresentar sua esperança de que “as universidades aprendam quais são os problemas do povo, e que aprendam a resolver os problemas do povo”.

Aparentemente, o pensar da comunidade coincide, nesse ponto, com o da comissão responsável pelo projeto. Será, no dizer da professora Krasilchik, uma universidade “profundamente preocupada com os problemas da comunidade no seu sentido mais amplo”, e cujas atividades de pesquisa e extensão estariam

O DCE denuncia a falta de moradias estudantis no projeto da Zona Leste. A comissão responsável fala em bolsas para suprir esse fim, mas não há verba prevista

sendo concebidas de forma a se estabelecer uma relação privilegiada com a região.

Por se tratar de um novo campus, em novo espaço, o projeto USP Zona Leste permitiu que finalmente se ampliasse a discussão na universidade em torno das formas de acesso, vestibular, cotas, permanência etc. Partiu do Diretório Central dos Estudantes, por exemplo, uma forte crítica à ausência de moradias estudantis nas primeiras plantas apresentadas. A resposta da professora Krasilchik aos estudantes é um tanto vaga: haveria um grupo “muito preocupado” trabalhando a questão; embora não estejam previstas mora-



Animação de Maria Isabel. Nascida na Zona Leste, moradora do bairro da Cangaíba, mãe de uma estudante de Educação Física na Unesp de Rio Claro, Maria Isabel Ferreira de Oliveira rumou animada para o debate realizado no salão comunitário da Igreja de São Francisco, em 30/8 (o terceiro a que assistiu sobre o assunto). Acompanhou atentamente as falas do Padre Ticão, do professor Wanderley Messias da Costa, de Milton Alves dos Santos, de Luiza Erundina e outros. Se conhecia a USP? “Conheço bem, fui paciente de lá na Odonto, mas a maioria do pessoal nem conhece.” E o debate hoje, valeu a pena? “Gostei desde o começo, só de saber que ia vir uma USP aqui já fiquei muito feliz.”

Dotação específica

“A comissão considera que, dada a relativa escassez das verbas atualmente destinadas à USP, todos os custos (...) do campus Leste devem estar previstos numa dotação orçamentária específica, a partir de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo. A destinação de qualquer parcela dos recursos nominiais da USP na implantação do campus Leste constituiria um ônus comprometedor para a situação financeira da Universidade.”

(Trecho do Relatório da Comissão com a Incumbência de avaliar a possibilidade e a conveniência da implantação de atividades de ensino da USP na Zona Leste)

dias, pretende-se oferecer bolsas de apoio. Os textos disponíveis no sítio www.usp.br realmente aventam a hipótese das bolsas, mas não havia, até o fechamento dessa edição, verbas previstas para torná-las reais.

Quanto à natureza do vestibular que se pretende aplicar para ingresso na USP Zona Leste, o professor Ghanem considera necessário mudar a concepção atual desse exame, que exige, segundo ele, “destrezas que não são propriamente as requeridas para o bom desempenho nas atividades universitárias”. Sugestão concreta do professor e de seus colegas que integram a respectiva subcomissão: uma prova escrita que concentre-se na capacidade de reflexão, e sem teste

de língua estrangeira. “Demonstrado isso, todos os candidatos são iguais por esse critério. E, dada essa igualdade, a proposta é que a segunda fase seja um sorteio”, explica.

Mais radical é a proposta do Movimento Sem Educação (MSE): “Não defendemos sorteio, nem qualquer mecanismo mais democrático ou menos pior que o vestibular. Defendemos mais vagas”, declara o coordenador Dimitri Silveira. O professor municipal Kléber Santana lembra que o que une esses vários atores “é que entendemos que o que a Fuvest faz não resolve”. Referência à Fundação para o Vestibular, entidade que normatiza e aplica os exames de ingresso na USP.

A mobilização desses setores populares parece apresentar resultados. No debate de 30 de agosto, o professor Messias da Costa garantiu que o Cruesp acabara de aprovar texto cogitando a “adoção de algum mecanismo que permita reservar parte das vagas nas universidades públicas para os alunos do ensino público”. Em documento encaminhado à Reitoria, a professora Zilda Yokoi e o professor Renato Queiroz, ambos da FFLCH, sugerem que, enquanto não muda o vestibular, a nova unidade da USP deveria construir propostas para ampliar o diálogo e a colaboração com as comunidades do entorno.